



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 28-A-2.
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegraphico: Talha-Lisboa. Telefone 6330-0
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

O MISTERIOSO CRIME DE ALPIARÇA

Ninguém acredita que os rurais tenham cumplicidade no caso

Há todas as suspeitas de que o criminoso se encontra entre os passageiros do automóvel

O enviado especial de A BATALHA colhe interessantes e preciosas revelações que levantam uma ponta do véu

O crime de Alpiarça, que há longas semanas vem prendendo a atenção do público, tomou nestes últimos dias aspectos confusos. Não se sabia e não se sabe ainda (embora haja desconfianças bem fundadas) quem foi o assassino do tenente Fonseca. Há quem desconfie de que a agressão partiu dos rurais. Foi o *Diário de Notícias* quem mais cimentou esta opinião. Porém, segundo ouvimos a várias pessoas de Santarém, o correspondente deste jornal foi informado por pessoa suspeita, conhecida por pouco escrupulosa. Chegou-se a dizer também que a morte do tenente Fonseca fora combinada numa reunião tenebrosa de quarenta bolchevistas. Este boato foi posto de parte já por irrisório, não acreditando nele se não algum proprietário que tenha conveniência em desacreditar a classe dos trabalhadores rurais. Uma opinião se formou também que não sabemos se tem ou não fundamento. Diz-se com insistência que o crime foi praticado por qualquer proprietário, atingido pelas apreensões que o tenente Fonseca lhe tivesse mandado fazer.

Quem era o tenente Fonseca — O seu espírito de justiça e a sua forma de administrar

O tenente José Serafim da Fonseca era uma alma simples. Durante o tempo da sua administração em Alpiarça, conseguiu ganhar as simpatias das classes menos abastadas, devido à forma emérgica como procedia para com os assombrados e proprietários gananciosos daquella vila. Fez numerosas apreensões de gêneros, conseguiu, com sucessivas apreensões de farinhas e cereais, baratear o pão e garantir o abastecimento de azeite. A população rural sympathizava com esta obra. Apenas uma vez houve um desacórdio entre o tenente e alguns rurais pelo facto do primeiro ter mudado a praça (lugar onde se realizam os contratos de trabalho) para outro sítio, havendo então uma pequena escaramuça. Este desacórdio não criou ódio, porquanto os rurais continuaram a ver com agrado a obra de saneamento que o tenente fazia. Os dinheiros das apreensões e honorários de administrador foram encontrados com a seguinte indicação: para distribuir pelos pobres.

Um dos indivíduos a quem a acção do tenente prejudicou foi, segundo voz corrente em Santarém, João Alves Júnior, um dos indivíduos que seguia no célebre automóvel, que passou junto daquele, no momento do crime. Tinha esse Alves Júnior escondidos da vigilância do tenente, muitos alqueires de milho, metidos nos túneis do vinhão. Mas em tais vasilhas o trigo estragou-se, e tanto que, lançado à terra, não houve forma de crescer.

O tenente Fonseca era, pois, recto ao mesmo tempo simpático.

Como foi forjada a prisão de Sêrvulo, segundo os informes do correspondente do *Diário de Notícias*

Logo que chegámos a Santarém não perdemos o nosso tempo. Tratámos imediatamente de ouvir o depoimento de várias pessoas, que tem andado mais enfiadas no assunto. Como o correspondente do *Diário de Notícias* tivesse enviado durante muito tempo informações que muita gente tem considerado tendenciosas, a ele nos dirigimos, para verificarmos os nossos próprios olhos se de facto essas notícias seriam premeditadas com segundo sentido ou se não seria o referido correspondente vítima de falsos informes.

Tendo interrogado, pois, o sr. António Inácio da Silva, correspondente do dito jornal em Santarém, sobre o que sabia acerca do caso, este respondeu-nos:

— O sr. Joaquim Calado, proprietário em Alpiarça contou-me, o seguinte: «Jacinto Maria Nunes, ferrarão da mesma vila e um dos passageiros do célebre automóvel, dirigia-se um dia para a Quinta Nova, a 15 quilómetros de Alpiarça, a fim de fazer uns bois. Tendo encontrado seu cunhado João Alves Júnior, (o tal da sementeira de milho padre), passageiro também do automóvel, convidou-o a acompanhá-lo à referida quinta. João Alves Júnior fez-se rogado, dizendo-se desgozoso por causa do crime; por fim cedeu. E lá foram os dois cunhados, os dois companheiros do automóvel.

«Na Quinta Nova, enquanto o Nunes foi ferrar os tais bois, Alves Júnior abordou o abegão e várias pessoas empregadas na quinta, com quem conver-

sou, vindo à tala da discussão o crime de Alpiarça.

Como elas se armam — A acusação — Quem mandou prender o rural Sêrvulo

O correspondente do *Notícias* prosseguiu enquanto nós tomávamos notas: «No meio da discussão um dos circunstantes disse: «Eu sei quem matou o sr. tenente, ouvi-o da boca dum rural. Foi o Sêrvulo».

«Digam, digam — dissemos impacientes. E o correspondente continuou: «Alves Júnior, regressando a Alpiarça, deu parte da sua descoberta à polícia de investigação e ao comandante da guarda. Pelas 23 horas do mesmo dia a casa de Sêrvulo estava cercada. Quando bateram à porta este último estava deitado. Só à terceira vez, e quando o seu vizinho José Carregueira o chamou, este respondeu que abrisse porque a porta estava no trinco.

«Foi então preso, pretendendo alguém linchá-lo nessa ocasião, o que foi impedido pelo alferes Carmo».

E nada mais acrescentou o sr. António Inácio da Silva. Abandonámos a sua casa cogitando no caso. Achávamos estranho que fosse o tal Alves Júnior, sobre quem poderiam recair suspeitas, visto que, era um dos passageiros do automóvel e um proprietário com fama de assombrado, quem acusava Sêrvulo Simões, conhecido por honrado e trabalhador e que depois se verificou estar inocente.

O agente Fonseca e o alferes Carmo estão convencidos de que se quiz arranjar uma vítima à força

Prorramos em seguida o sr. Carlos da Silva Nunes, correspondente do *Sêrvulo*, em Santarém, para que ele nos dissesse o que lhe fora dito pela polícia. Profundizou-se o sr. Nunes a responder-nos: «O agente Hermão da Fonseca, quando abordado por mim, pela primeira vez, afirmou perentoriamente que o rural Sêrvulo Simões não tinha feito, como por essa data o *Notícias* dissera, quaisquer declarações de confissão do crime, nem quaisquer outras donde se pudessem depreender a sua cumplicidade. E para que eu me convencesse, o referido agente chegou a empregar a sua palavra de homem.

«Que impressão tinha o senhor — perguntámos — das informações sobre a culpabilidade de Sêrvulo, que o *Notícias* publicava?

«A princípio, respondeu-nos o sr. Nunes — em face dessas notícias contraditórias, julguei que o agente Hermão da Fonseca me ocultava a verdade e que Sêrvulo era realmente criminoso. Foi nessa altura que o agente empurrou a sua palavra de homem.

«Na data seguinte, dia 11, com o *Notícias* continuasse a fazer as tais afirmações falsas, e como, por felicidade, me encontrasse com o agente Fonseca, tornei a interrogá-lo, mantendo esta a sua afirmação: Sêrvulo nada confessou nem caiu em contradições.

«E de facto Sêrvulo Simões foi posto em liberdade e o agente Fonseca disse-me categoricamente que ele estava inocente, e que a sua prisão foi uma grande farsa que se preparava para arranjar uma vítima à força.

«Tanto o agente Fonseca como o alferes Carmo, que levou Sêrvulo de ser morto, na ocasião da prisão, estão convencidos de que se queria arranjar uma vítima.

O tiro foi dado a curta distância diz o dr. sr. Francisco Godinho

Soubemos que o dr. sr. Francisco Godinho nos poderia esclarecer alguns pontos obscuros. Ele examinara a bala com que o tenente Fonseca fora assassinado. Dirigimo-nos ao seu consultório e não perdemos os nossos passos.

Fomos recebidos com toda a amabilidade.

«O que apenas lhe posso dizer — respondeu-nos o dr. sr. Godinho — é que o tenente foi vítima dum tiro.

«Já sabemos, digam-nos mais alguma coisa — esclamámos nós.

«A bala — continuou o nosso interlocutor — é de arma de grande força e não duma escopetaria caçadeira.

— Só isso? — E o tiro foi dado a curta distância.

E nada mais, o que já é muito. Por estas declarações secas, claras e impressionantes, fomos levados a concluir que Sêrvulo não podia ter disparado do tal porão, que fica do outro lado da rua, visto que o tiro foi dado a curta distância, e que a arma caçadeira do acusado a tal distância, nem mesmo de perto, poderia produzir os mesmos efeitos.

A noiva relata ao redactor de *A Batalha* como os factos se passaram

Uma tipóia levou-nos pela estrada admirável ladeada de chopos altos, até à vila de Alpiarça. Procurámos a noiva do infeliz tenente. Por uma porta entreaberta vimos ainda alguma mobília que devia ornatar o futuro lar dos noivos. O casamento estava apazado para seis dias depois daqueles em que se deu o horroroso acontecimento.

Amélia Santos é uma rapariga de 23 anos, despenhada, alta, elegante, morena, feições correctas. Tinha sido submetida a um interrogatório que durara sete horas. Encontramos a nervosa, desconfiada, parecendo que com medo de responder às nossas perguntas.

Em frases entrecortadas e entre olhares medrosos, confessou-nos, num ar de quem teme alguma coisa, que na noite do crime, estando a conversar com o tenente da janela do seu primeiro andar, viu aproximar-se o automóvel e que precisamente na ocasião em que passava junto do infeliz namorado ouviu uma forte detonação. Viu também que algum fumo saía do automóvel, pelo menos pareceu-lhe que era fumo. Depois reparou que o noivo estava estendido no solo, enquanto o automóvel se afastava. Gritou, desceu à rua, tendo

acudido muita gente. Encontrou o tenente já morto, com as mãos nos bolsos.

E a desolada noiva não nos pôde esclarecer melhor o caso.

No entanto, o facto de o auto passar em frente do tenente quando se ouviu o tiro, tira toda a verosimilhança à versão que diz ter a bala partido do outro lado da rua. Se tal acontecesse a bala teria acertado no automóvel e não no pobre tenente.

O que o dr. sr. Reis Júnior não nos quer dizer

Desde antontem que o dr. sr. Reis Júnior, director da polícia de investigação, se encontra em Alpiarça. Procurámos-lo também. Recebeu-nos com gentileza, dizendo-nos que nada nos podia dizer por enquanto. No entanto, alguma coisa foi dizendo:

«Tenho recebido algumas cartas de um tal «comitê» vermelho, acusando várias pessoas. Parece-me que isto é táctica do criminoso para que as milícias suspeitas vão recalar de preferência sobre os rurais.

«Tenho a minha honra empenhada na descoberta deste crime — disse-nos o director da polícia. Diz-se que andam metidas no caso altas influências políticas e que eu, em vez de vir aqui descobrir, venho abafar o caso. Já vê que este facto mais energia me dá para desvendar a verdade. Quero que o meu nome saia limpo deste acontecimento.

«Tenho aquela menina aqui detida — apontou uma rapariga — para que ela me confesse se terá havido pressão sobre a noiva no sentido de intimidá-la, não lhe permitindo, sob ameaças, relatar-me o que viu.

Não queremos abusar da paciência do dr. sr. Reis Júnior. Saimos com a impressão de que ele, como nós, tem já a certeza moral de quem é o verdadeiro criminoso.

O tempo confirmá-lo há.

NO ATENEU POPULAR

effectuou-se ontem uma imponente sessão solene para a sua reorganização, fazendo-se representar as Universidades populares e a C. G. T.

Conforme anunciámos, realizou-se ontem a sessão solene de reorganização desta colectividade, que se destina, a par de outras, a trabalhar para difundir a educação do povo.

Abriu a sessão o camarada Nogueira de Brito, secretário geral do Ateneu, que sucintamente expôs quais os fins que pretende atingir a colectividade, acentuando que ela não é uma instituição nova, pois a sua fundação data de 1917.

Preside o representante da Universidade Popular Portuguesa

Convidou a presidir o dr. sr. Ferreira de Macedo, representante da Universidade Popular Portuguesa, e a secretariar o sr. Alexandre Ferreira, presidente da Universidade Livre, e Manuel Joaquim de Sousa, representante da C. G. T.

O presidente diz que era extremamente sensibillizado que presidia a esta sessão, promovida por uma instituição cujos objectivos correspondiam de uma maneira quasi absoluta aos da Universidade Popular Portuguesa. E alguns pontos do programa do Ateneu, enaltecendo a necessidade da sua applicação e as suas vantagens.

Discursa o representante da Universidade Livre

Seguidamente dá a palavra ao sr. Alexandre Ferreira, que se sente satisfeito por ter sido convidado para vir representar a Universidade Livre nesta sessão. E de grande necessidade a acção do Ateneu e de idénticas instituições porque é indispensável, neste momento histórico, exercer uma forte acção educativa entre o povo necessitado de saber. Não obstante os objectivos do Ateneu Popular terem tantos pontos de contacto com os da Universidade Livre, é com grande satisfação que assiste a esta sessão solene, pois acha necessário que colectividades desta ordem se multipliquem para difundir entre o povo trabalhador os conhecimentos universitários tam necessários.

Usa da palavra o secretário geral da C. G. T.

O presidente vai dar a palavra a Manuel Joaquim de Sousa representante da C. G. T., mas, antes, quiz acentuar que, destinando-se a acção das Universidades Populares especialmente ao povo trabalhador, tinha um valor especial a presença do secretário geral da C. G.

A greve do pessoal dos eléctricos

Enquanto a Companhia diz não poder aumentar os salários porque não tem meios para suportar esse encargo, a Câmara repete que a Companhia tem um saldo que lhe permite atender as reclamações do seu pessoal

O governo
intima a Companhia a pôr os carros na rua e ameaça violências

O governo fez chegar às redacções dos jornais, por intermédio dos informadores da Arcada, a seguinte nota:

Nas regiões oficiais há a impressão de que a greve dos electricos está resolvida, satisfactoriamente, dentro de poucas horas, quer seja por entendimento entre a Companhia e o seu pessoal, quer seja pela intervenção directa do governo. Causa melhor agrado ao publico a attitude firme do governo perante aquella questão, contrastando com o que se tem passado em idénticas occasiões.

O governo, por intermédio do coronel sr. Freiria, director dos Transportes Terrestres, intimou a Companhia Carris a pôr, quanto antes, os carros na rua. Se a Companhia tinha pessoal com que contasse, muito bem: esse pessoal poria os carros em movimento. Se não, o governo fornecer-lhe-ia, desde já, cincoenta militares, que foram guarda-freios, porque era preciso que os carros viessem para a rua. Garantia a liberdade de trabalho, dizendo que a Companhia, por sua vez, abrisse uma inscrição para novo pessoal, em três dias. Na quarta-feira, o mais tardar, queria o governo que houvesse electricos, mas que o seu desejo era que aqueles militares, e timonados até — se preciso fosse — por officiaes de engenharia. Só era preciso que a Carris garantisse que a geradora trabalhava.

As linhas seriam guardadas por praças do exercito e da guarda republicana.

Além disso, o governo contava com o auxilio de todos, para a efectivação desta resolução e até com a mocidade, os estudantes do Instituto Superior Técnico, pois já estava aberta uma inscrição neste sítio.

A Companhia
convida o pessoal a retomar o trabalho prometendo para depois aumentar-lhe os salários

A Companhia chamou o seu pessoal e insistiu com ele para que, visto constar que a câmara tencionava «acessar o principio das tarifas móveis com o câmbio logo que terminasse a greve, voltasse ao trabalho prometendo que lhe aumentaria os salários logo que a questão das tarifas fosse resolvida.

Não podia aumentar desde já os salários — declarou a Companhia — porque a sua situação financeira é tal que o não

permite sem a ruína em muito curto periodo.

A Câmara
não consente no aumento das tarifas por julgar satisfatória a situação financeira da Carris

A vereação da Câmara Municipal de Lisboa informa-nos não ter fundamento algum o boato de que ela tencionava autorizar o aumento de tarifas dos electricos, pois tendo ela resolvido não permitir aumento algum por haver reconhecido — isto antes da melhoria do câmbio — que a Companhia Carris não só não tinha deficit algum, como alegava, como até possuía saldo que bem lhe permitia atender as reclamações do seu pessoal, actualmente, depois da melhoria grande do câmbio, com mais forte razão, não se justificava semelhante autorização.

O pessoal
repele com entusiasmo a plataforma da Companhia e mantém-se intransigente

A reunião de ontem, ainda mais que nas anteriores, foi enorme de affluencia de pessoal, grande parte da qual, por lhe ser impossível penetrar nas salas, aguardou na rua o resultado dos trabalhos da assembleia.

Abriu a sessão às 14.30, presidindo Carlos Fortes, secretariado por Pascoal Soares Peres e Luciano da Costa Pereira. Depois de lido o expediente, o presidente exorta a assembleia a manter-se calma e sem precipitações, pois chegou, enfim, o momento da Companhia resolver encetar negociações com o seu pessoal, tendo chegado o ensejo de mostrar aos abjectos calculadores que o pessoal não está mancomunado com a Companhia. Termina por pedir a máxima attenção, visto que a comissão de demarches se encontra já presente.

E dada a palavra a Claudio dos Santos, que expõe pormenorizadamente quanto se passou na conferencia com a direcção da Companhia e que se resume em o pessoal retomar o trabalho nas condições em que o abandonou, alegando que se obrigada a isso por não ter verba para atender as reclamações. Estas declarações são tam mal recebidas pela assembleia, que nos é impossível descrever o entusiasmo com que todos irrompem com vivas à greve e à solidariedade do pessoal da Carris. Serenados os ânimos, o orador diz não falar já em nome da comissão, mas pessoalmente, protestando com energia contra a afronta que a Companhia acaba de fazer à classe.

Hoje reúne o pessoal às 14 horas.

A greve dos gráficos das casas de obras

O movimento prossegue pela intransigência dos industriais coagidos pelos «meneurs» da Confederação Patronal, tendo sido ontem postos em liberdade cinco dos operários presos por suspeita de responsabilidade no atentado

Embora acérrimos partidários da acção directa, embora entendamos que os conflitos entre operários e patrões só pelos interessados devem ser resolvidos não podemos deixar de extranhar a attitude do governo, instando junto da Companhia Carris para que entre imediatamente em negociações com o seu pessoal, em vista dos prejuizos que a paralisação dos electricos está causando. Mas, então, só a greve da Carris causa prejuizos? Não seria lógico que a entidade que tanto se preocupa com a greve, isto é, o governo, mostrasse a mesma solicitude, o bom dia ordem pública, no que respecta ao conflito gráfico, impedindo que uma minoria, os industriais, lance na miséria centenas de operários, encerrando as officinas em resposta a um justo pedido de aumento de salário?

Percebe-se é que o lock-out dos industriais gráficos não prejudica tanto a burguesia, que o apoia, como a greve dos electricos, que obriga muitos honrados comerciantes e industriais, que ainda não possuem automóvel, a andar à pata...

Foram ontem postos em liberdade os camaradas António Fernandes, Pedro Martins de Almeida, José Augusto Correia Lemos, António Pinto Júnior e Frederico Luís Ramires, continuando ainda preso o camarada Carreira, contra o qual nada se prova também, pelo que se espera que seja posto em liberdade imediatamente. E de pasmar a sem-cerimónia com que a policia, à toa, só com o intuito de vexar e de alegar serviços, arranca a liberdade a inocentes, a crilaturas que praticou o único crime de defender os seus direitos e a sua dignidade!

Reinão dos grevistas, ontem, foi bastante concorrida, notando-se como sempre, o seu firme propósito de não se deixarem esmagar, como é desejo dos seus desleais adversários.

Na próxima 2.ª feira, reúne a assembleia magna dos grevistas e lock-outados.

Nota officiosa do Comité

Mantem-se o conflito apesar das persuações feitas, nada se provando contra os camaradas presos. Ontem, sem que razão alguma o justificasse, prenderam o nosso camarada Direitinho, que foi em seguida posto em liberdade, tam absurda foi a sua prisão. Longe de intimidar as classes em luta, tais medidas só servem para irritar e aumentar o numero de revoltados. Que todos cumpram o seu dever e este Comité não se poupará a esforços para que triunfem.

Indispensável a comparação hoje de todos os elementos, à hora habitual — local n.º 5. — O Comité.

UMA OPINIÃO

A Confederação Patronal, perante o conflito tipográfico

Abstrahindo por momentos a minha condição de operário, o que qualquer outro poderá fazer, encaro com a máxima imparcialidade o conflito ora travado entre operários e patrões da industria tipográfica, conflito que é apenas uma fase do permanente conflito em que se encontram trabalho e capital, até se completa liquidação do último.

Para quem, como simples espectador, se propozer observar o grau de conhecimento das suas forças, quer patrões quer operários, e suas acções respectivas, vê claramente que, apesar da profunda ignorância das massas, são estas ainda quem, talvez por um instinto de melhoria de vida, demonstram uma mais clara compreensão dos factos, muito embora essa compreensão tenha por causa a profunda ignorância da parte contrária.

Como muito bem citaria Hamon, não é só o uso do poder que embrutece e assim, todo o individuo a quem uma situação de superioridade económica conserva afastado das massas trabalha

lhadoras, desconhece em absoluto a psicologia das mesmas, razão porque, longe de procurar attenuar o embate dos interesses profundamente antagonicos, agrava-o quasi sempre.

Vem estas considerações a propósito do referido conflito tipográfico ora existente, que muito longe de melhorar com a intervenção da Confederação Patronal, agravou-se e tende ainda a agravar-se mais.

Nas diversas camadas que compõem a classe trabalhadora em geral, há sempre, a par dum minoria consciente, e como tal disposta a agir, uma maioria profundamente indifferente e egoista, mas que desperta à aproximação de perigo, demais quando esse perigo é de ordem económica. Os tipógrafos, ao apresentar as reclamações, fizeram-no na certeza de que elas seriam atendidas, pelo menos em parte, como era de esperar, dada a solução do conflito dos jornais, e ainda porque havia industriais que já pagavam salários muito aproximadamente ao que poderia ficar estabelecido em geral.

Como uma questão de tática, a greve foi declarada, mas parcial, o que não convinha aos industriais, como não convinha aos operários se fosse geral.

E porque não convinha a duma maneira geral aos operários? Evidentemente que olhando à dificuldade de manter em luta umas centenas de homens sem recursos, o que a dar-se tornaria difficil o bom êxito do movimento. Perante tal attitude, dois caminhos estavam indicados à parte contrária, o que lhe era facilissimo, ou declarar o lock-out, que era mais difficil e além disso mais perigoso. Entrar em negociações, era duma maneira geral defender os seus interesses e attenuar o embate; fazer o lock-out, representava um maior soma de prejuizos, quer fosse para o lado da greve, quer para o lado da greve.

PARIS, 16. -- Os lucros líquidos do exercicio de 1920 nos Caminhos de Ferro Portugueses, elevaram-se a um billão de contos, ou sejam 5 milhões de francos ao par. -- Rádio.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses invocando a carestia do carvão e do material e o aumento de salários conseguiu, nestes últimos seis anos, por sucessivas autorizações dos governos, aumentar as tarifas em 200 %.

Apesar deste aumento, continúa afirmando que a exploração das suas rédes não lhe dá lucros que permitam melhorar o péssimo serviço ferroviário e, em Outubro de 1920, perante a greve do seu pessoal, negou-se a satisfazer as reclamações do pessoal.

Portugal é o país do mundo onde a exploração do povo, pelas diversas oligarquias financeiras, se faz mais comodamente, mais facilmente e mais audazmente. E não admira que assim seja desde que a protegê-la tem a connivência dos politicos e a desmunição dos explorados.

PARIS, 16. -- Os lucros líquidos do exercicio de 1920 nos Caminhos de Ferro Portugueses, elevaram-se a um billão de contos, ou sejam 5 milhões de francos ao par. -- Rádio.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses invocando a carestia do carvão e do material e o aumento de salários conseguiu, nestes últimos seis anos, por sucessivas autorizações dos governos, aumentar as tarifas em 200 %.

Apesar deste aumento, continúa afirmando que a exploração das suas rédes não lhe dá lucros que permitam melhorar o péssimo serviço ferroviário e, em Outubro de 1920, perante a greve do seu pessoal, negou-se a satisfazer as reclamações do pessoal.

Portugal é o país do mundo onde a exploração do povo, pelas diversas oligarquias financeiras, se faz mais comodamente, mais facilmente e mais audazmente. E não admira que assim seja desde que a protegê-la tem a connivência dos politicos e a desmunição dos explorados.

